



Número: **0801893-97.2020.8.18.0136**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Sul 1 Anexo II Bela Vista**

Última distribuição : **31/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Perdas e Danos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDRE CICERO DOS SANTOS LIMA (AUTOR)		CELSO THALYSSON SOARES E SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (AUTOR)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
14918722	24/02/2021 08:23	AUTOR: ANDRE CICERO DOS SANTOS LIMA AUTOR: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	Ata da Audiência



JUIZADO ESPECIAL CIVEL ZONA SUL 1, ANEXO II
RODOVIA BR 316, KM 05 - BELA VISTA - CEP 64.039-200 - TERESINA PI.
FONE FAX: (86) 3215 7435

PROCESSO ELETRONICO N° 0801893-97.2020.8.18.0136

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

REQUERENTE: ANDRE CICERO DOS SANTOS LIMA,

ADV. REQUERENTE: CELSO THALSSON SOARES E SILVA, OAB/PI 7434.

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.,

PREPOSTO: ALANA STEFANE LIMA FERREIRA – CPF 070.310.963-40

ADV. DO REQUERIDO : HERISON HELDER PORTELA PINTO, OAB PI 5367

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Às 08 horas do dia 24 de Fevereiro de 2021, em ambiente virtual por meio da Plataforma de Videoconferência Webex Meetings, sob a supervisão do MM. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Dr. João Henrique Sousa Gomes, comigo, Auxiliar da Justiça, Nilzamara Vieira Caldas Guimaraes, verificou-se no horário marcado os seguintes acessos à sala virtual:: parte requerida, por meio de preposto, acompanhado de advogado. Conciliação e instrução prejudicadas em razão da ausência injustificada da parte autora, não obstante a intimação realizada. Parte requerida se manifestou: *MM Juiz, a seguradora ré impugna toda documentação apresentada pelo autor na exordial, pois es que dentre ela não consta laudo complementar do IML, documento hábil e capaz de informar qual foi a lesão supostamente sofrida pelo autor, em seu grau, tudo conforme a lei 11945/2009, Lei 6.194/74, destaca-se ainda que o autor em sua contestação omitiu o fato de recebido via administrativo de sua duas sequelas R\$4050,00; não juntando ainda nenhum laudo complementar do IML para justificar o agravamento das suas supostas lesões, não havendo que se falar em pagamento de complementação de seguro. Diante do exposto, visto que não há provas suficientes dos fatos alegados na exordial, sendo exte ônus do autor e tendo a seguradora comprovado de forma administrativo o pagamento do sinistro, feito desta forma a quitação administrativa, fato este omitido pelo autor, requer a improcedência total dos pedidos, ao tempo que reitero em todos os tempos a peça contestatória, requerendo ao final o arquivamento e baixa a distribuição. Nada mais a constar. Ato contínuo, foi encerrada a audiência, que vai assinada eletronicamente apenas pela presidente do ato e remetidos os autos conclusos ao MM. Juiz para sentença.*

Nilzamara Vieira Caldas Guimaraes
Juíza Leiga – JECC Bela Vista-Sede





